

## A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Emerson Ferreira ROCHA<sup>1</sup>

**RESUMO:** Esse artigo propõe uma análise crítica das políticas sociais de desenvolvimento rural desenvolvidas no pólo de desenvolvimento Petrolina-PE/Juazeiro-BA, na bacia do rio São Francisco. Esses projetos começaram em 1968, com o início das obras de implementação de perímetros irrigados na região. Embora tenha sido concebida, a princípio, enquanto estratégia de empoderamento dos pequenos produtores sertanejos, os limites dos esforços pedagógicos da referida política implicaram num processo de falência sistemática desses produtores, ocasionando um quadro de alta concentração de renda e de prevalência do setor patronal (sobre o setor da “agricultura familiar”) na atualidade. O artigo baseia-se no trabalho empírico realizado por ocasião de uma pesquisa coordenada pelo professor Jessé Souza, financiada pela FAPEMIG e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos através do CGEE.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento rural. Desigualdade social. Políticas públicas.

### Introdução

Políticas públicas de desenvolvimento com caráter estritamente econômico pressupõem uma leitura estritamente econômica sobre o homem. O pressuposto é o de que o ser humano minimamente inteligente agirá de modo racional mediante estímulos como a concessão de crédito. Em muitos casos se admite também a necessidade de certos conhecimentos. É o caso das políticas de desenvolvimento rural que consideraremos nesse texto. Elas incluem a oferta de assistência técnica. Mas esse conhecimento técnico, assim como a ação mediante estímulos econômicos, pressupõe já certa atitude diante do mundo; a atitude daquele produtor que está *disposto* a dominar o mundo da produção e o mundo da comercialização através da técnica; pressupõe, para lembrarmos Weber (2000), um “racionalismo de dominação do mundo” Em outras palavras, o conhecimento técnico pressupõe uma racionalidade muito específica, que é aquela mesma que o comportamento econômico de tipo capitalista pressupõe. Tanto o agente que libera crédito ao pequeno produtor rural quanto a maioria dos técnicos que procuram lhes ensinar a técnica, precisam pressupor nele, no pequeno produtor, um tipo muito particular de racionalidade. Assim, as políticas de desenvolvimento possuem uma eficácia sempre seletiva: os que estão mais

---

<sup>1</sup> Bolsista CNPq. Doutorando em Sociologia. UnB – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas – Pós-graduação em Sociologia. Brasília – DF – Brasil. 70904-970 - erochedo@gmail.com

próximos de dominar essa racionalidade são os verdadeiros beneficiados.

Esse texto reflete sobre a seletividade perversa das políticas de desenvolvimento rural implementadas no pólo de desenvolvimento Petrolina-PE/Juazeiro-BA, na bacia do rio São Francisco. A partir das entrevistas, das observações e das conversas informais realizadas durante a pesquisa, foi possível perceber que a principal clivagem entre os produtores, em termos de comportamento econômico, está relacionada à capacidade para redefinir as práticas de produção de acordo com demandas da comercialização. O produtor dinâmico é aquele que subordina a esfera da produção à esfera da circulação, quer dizer, é aquele que observa a dinâmica dos diversos mercados e, a partir dessa observação, procura estruturar a produção e o manejo de acordo com estratégias de comercialização. Isso envolve produzir gêneros com diferentes níveis de qualidade, exigidos por cada mercado. No caso da exportação de frutas, por exemplo, o valor estético do produto in natura é condição *sine qua non* para a comercialização em mercados mais seletivos. A exportação por modalidades especiais de mercado como o *Fair Trade* impõe também uma “ética da produção”: por exemplo, a exigência do uso racional de produtos químicos, uma super-higiene no manejo dos produtos e a não exploração do trabalho infantil. O produtor dinâmico é aquele que tende a observar essas exigências da comercialização e a redefinir suas práticas de produção em face destas. O produtor tradicional, por sua vez, não procura observar a dinâmica e as exigências da esfera da comercialização e manifesta resistência à redefinição de suas práticas produtivas. O comportamento econômico tradicional parece estar associado a uma vida social que tem seu ambiente circunscrito a um espaço doméstico estendido: a família e as relações de vizinhança. Estando a vida limitada a essas relações pessoais e locais, essas passam a encerrar todo o “cosmos” da ação econômica do pequeno produtor. Ele não se manifesta apto a lidar com as relações impessoais no mercado. Quando produz valores a serem comercializados em circuitos mais distantes do mercado, que ultrapassam a economia local, ele prefere recorrer ao intermediário: um modo de se engajar nesses circuitos amplos e impessoais do mercado através das relações pessoais que se estabelecem com essa figura. O intermediário é que fará a ponte entre esse pequeno mundo no qual o produtor tradicional foi fechado e agora se fecha, e o mercado impessoal.

Nem sempre o produtor tradicional é um pequeno produtor falido ou tendendo à falência. Exemplo disso é o produtor que pude entrevistar no perímetro irrigado de Maniçoba, Juazeiro - BA. Este produtor se desligara havia poucos meses de uma associação, objeto do meu estudo de caso no perímetro. Embora eu não tenha obtido dados sobre o seu faturamento,

ele é um dos produtores que permanecem em dia com suas dívidas junto às agências de financiamento e que vêm conseguindo escoar regularmente sua produção. Os motivos do seu rompimento com a associação revelam, contudo, sua inobservância quanto à esfera da comercialização e quanto às práticas de gerenciamento. O produtor conta que, certa vez, estava com uma quantidade de manga a ser comercializada através da associação e que, como lhe informara a gerência, esta poderia ou não ser exportada e, se exportada, poderia ir por avião ou por navio. Ao ter ido indagar ao gerente sobre o preço pelo qual seria vendido o seu produto, o gerente lhe informara que essa resposta só poderia ser dada quando fosse definido o destino do produto. Ele ficou indignado. Afirmou durante a entrevista que “o preço é um só” e que o gerente que lhe dera a resposta estava fazendo “papel de minino”. Esse episódio revela a sua inobservância quanto ao processo de gestão. Ele não percebe e não pode ser sensível às negociações com mercados mais seletivos e às incertezas e riscos que acompanham essas negociações. A gestão permanece para ele como uma caixa preta. Do mesmo modo ele se recusara, em outro episódio, a assumir a tarefa de carregar o caminhão de manga em sua roça. Os intermediários, quando compram, contratam eles mesmos peões para carregarem o caminhão com os frutos colhidos e deixados em caixas ao pé das árvores. Nas palavras do entrevistado, “o dono da roça só coloca o burro para ajudar a puxar”. Quando a gerência da associação quis lhe atribuir essa tarefa, percebeu como uma afronta: “estão me achando com cara de abestalhado.”

Observa-se que, embora se deva considerar que o entrevistado em questão sobreviveu a um tortuoso processo de reestruturação produtiva (descrito mais abaixo) nas décadas de 1980-90, ele é inobservante quanto aos processos mais dinâmicos de comercialização e de gestão. Integrar uma associação ou cooperativa constitui uma atividade econômica demasiadamente complexa para ele, por exigir algum domínio cognitivo sobre esses processos. Este produtor prefere a ação facilitadora do intermediário que o acopla a mercados compatíveis com a qualidade do seu produto (ao invés de exigir que ele qualifique sua produção para o ingresso em mercados mais seletivos como é o caso da associação), lhe permitindo o sossego de produzir hoje como se produziu ontem. Sua capacidade de reação ao processo de reestruturação produtiva efetivamente destoia deste perfil tradicionalista. Contudo, como ele narra na entrevista, fora um intermediário que o orientara a investir na cultura da manga. Este lhe oferecera as mudas sob o trato de que lhe vendesse toda a produção assim que as plantas começassem a produzir. Isso indica que este produtor sobreviveu passivamente à reestruturação produtiva. Ele foi salvo pela inteligente estratégia de um terceiro que o

orientou e colaborou com ele na mudança para a fruticultura, em troca da vantagem de comercializar com exclusividade a sua produção.

Se a principal **disposição econômica** está relacionada à capacidade para redefinir as práticas de produção de acordo com demandas da comercialização, tanto a gestão de associações e de cooperativas quanto a necessidade de trânsito em espaços burocratizados (quer no âmbito do mercado quer no âmbito do Estado) requerem, por seu turno, **disposições políticas**. As cooperativas são instituições estratégicas para o pequeno produtor. Essa instituição permite aos pequenos produtores reunirem um montante de produção que confere maior poder de barganha na comercialização, que viabiliza o investimento em infra-estrutura e em capital humano e que, por conta disso, permite a qualificação da produção e conseqüentemente o ingresso em mercados mais seletivos e de maior remuneração. Permitem também, deste modo, que estes pequenos e médios produtores componham arranjos de caráter cooperativo, já que o porte e a correlata relevância do seu empreendimento para o desenvolvimento econômico da região legitimam suas demandas por apoio, financiamento e infra-estrutura, conferindo-lhes maior capacidade de negociação junto ao poder público e instituições privadas responsáveis por políticas públicas.

As cooperativas acoplam uma estrutura política de propriedade a uma estrutura empresarial de gestão. Quando bem estruturadas, contam com agentes profissionalizados – funcionários ou consultores – atuando no gerenciamento. Este grupo de funcionários e consultores compõe uma estrutura empresarial de gestão. O principal dilema em uma associação ou cooperativa deriva do fato de que esta estrutura empresarial está encarregada de gerir um empreendimento cuja estrutura de propriedade é política. Numa empresa, a subordinação hierárquica de todo o quadro de funcionários garante a coordenação estratégica de todas as ações a partir de um planejamento estratégico. Aí, a subordinação empregatícia é o pressuposto da gestão. Enquanto relação de dominação, esta subordinação garante a execução daquilo que é planejado pelos gestores. Numa associação ou cooperativa essa subordinação inexistente entre os gestores e os demais associados e cooperados. Sendo assim, envolver todos ou a maioria dos associados ou cooperados num plano de ação e fazer com que eles obedeçam a certos procedimentos são tarefas que precisam ser conduzidas politicamente. Como, a despeito de Habermas, no campo da política não há, senão muito raramente, espaço para consensos, mas sim para **hegemonias**, a solução para as complexas relações de produção de caráter associativo ou cooperativo será a emergência de autoridades políticas, isto é, de lideranças. O sucesso de uma associação ou cooperativa depende do desempenho dessa

liderança. Sua presença é tão importante que, quando essas lideranças passam a estar, após dois mandatos, impedidas de se re-elegerem, é utilizada a estratégia de contratá-los (via de regra não enquanto empregados, mas por contratos de prestação de serviços) para que possam permanecer dedicando-se a atuação na cooperativa.

A própria orientação no sentido de um modelo profissional de gestão para a cooperativa ou associação é a principal matéria de disputa no nível da estrutura política da cooperativa. No caso da cooperativa e da associação envolvidas no nosso estudo, esta orientação profissional é efetivamente hegemônica sobre o diletantismo e o nepotismo (muitos cooperados defendem que ser parente de algum cooperado deva constituir o primeiro critério para a contratação para cargos na estrutura de gestão do empreendimento). A hegemonia depende de que líderes com essa orientação profissional ocupem posições estratégicas dentro da diretoria (presidência e tesouraria, destacadamente); trata-se de uma “guerra de posições”, na expressão de Gramsci. Finalmente, é preciso destacar que também o trânsito por espaços burocratizados exige disposições políticas. As associações e cooperativas estão sistematicamente negociando com prefeituras, com parceiros e com diversos órgãos do Estado, políticas e ações importantes para o seu sucesso. São necessárias pessoas dispostas à negociação. Nos casos estudados, essas pessoas coincidem com as que exercem liderança dentro da cooperativa. Os líderes encontrados são pessoas de baixa escolaridade. Não obstante, dominam, alguns mais outros menos, a capacidade para ler, compreender, elaborar e redigir relatórios e projetos. Apresentam também facilidade para a articulação discursiva, com o interessante detalhe de uma norma culta cambiante, fruto de uma socialização tardia no uso dessa norma da língua no discurso. Eles aprenderam a “falar certo” não por efeito de uma socialização doméstica permeada por capital cultural e nem por efeito de uma socialização escolar duradoura, mas pela socialização proporcionada pela própria atuação nas associações e cooperativas, ou ainda em movimentos sociais. Esse detalhe idiossincrático da norma culta cambiante constitui assim um dado significativo, ela encerra um conflito interior, produto de uma vida que teve e tem lugar como que em dois mundos sob diversos aspectos conflitantes: seu mundo rústico de origem e o mundo moderno que acessaram.

### **Um exemplo de má-fé institucional**

Uma política pública estritamente econômico tende a não beneficiar aqueles que não

dominam a racionalidade que ela pressupõe, mas isso não quer dizer que ela não atinja esse público. Pelo contrário, uma política ostensiva pode modificar toda a vida social numa região. Pode, como no caso que descreveremos a seguir, transformar a economia de toda uma região, transformar uma produção tradicional numa produção capitalista. Nesse processo, não haverá aquele não pegou o bonde da história. O bonde da história levará a todos. Alguns sentados, outros de pé. Existirão aqueles passageiros de segunda classe. A história do Pólo de Desenvolvimento Petrolina-PE/Juazeiro-BA exemplifica muito bem isso.

Já nas décadas de 1940-50, a região de Petrolina-PE e de Juazeiro-BA começou a sofrer os impactos modernizadores dos investimentos públicos e privados em navegação fluvial, em pavimentação de estradas, na construção do aeroporto em Petrolina-PE, na construção da ponte sobre o Rio São Francisco interligando as duas cidades (Petrolina – PE e Juazeiro – BA), na produção e distribuição de energia elétrica e na oferta de serviços públicos (FAO, 1969). Mas foram os projetos públicos de irrigação que marcaram a maior arrancada na transformação da região. Iniciaram-se no final da década de 1960 com os projetos-piloto, ganhando impulso em meados da década de 1970. Antes da implementação dos projetos piloto, em 1968-9, o regime de propriedade historicamente predominante na região era definido 1) pela alta concentração de terras, no entanto pouco exploradas pelos próprios proprietários, e 2) pela posse a títulos de propriedade precários – escrituras sem valor legal, inventários incoerentes e com definições espúrias sobre o tamanho das propriedades.

Quanto às práticas produtivas, prevalecia na região uma economia caipira tradicional. Tratava-se da exploração de gado vacum, caprino e ovino em regime semi-extensivo; regime no qual se explora como pastagem grandes extensões de terra para compensar a insuficiência da vegetação forrageira rala da caatinga. Praticava-se também a agricultura aproveitando-se os períodos de chuva ou a umidade das várzeas na medida em que o rio baixa o nível. Tratava-se de uma agricultura de subsistência com a produção apenas ocasional de excedentes. O uso de ferramentas também era rudimentar, sem nenhuma mecanização, com exceção das bombas a motor utilizadas por uma minoria de produtores que irrigavam terras em áreas próximas às margens do Rio São Francisco (FAO, 1969).

Com a implantação dos projetos de irrigação, esses produtores foram transformados em “colonos”, recebendo um lote irrigado, assistência técnica, financiamento e uma casa nas vilas situadas em cada um dos perímetros irrigados. Pretendia-se transformar o produtor caipira tradicional num produtor capitalista. A produção agrícola de subsistência acompanhada da comercialização (muitas vezes por escambo) de excedentes apenas

ocasionalmente produzidos foi subitamente substituída por uma produção sistemática de excedentes visando à acumulação de capital. O pequeno produtor tradicional precisava agora agir para além do seu comportamento de pequeno produtor tradicional. Este é o dilema central. Para que se firmassem na posse de um bem extremamente precioso no sertão – terra com água – os pequenos produtores tradicionais precisariam obedecer não a um capitalista pessoal, mas ao próprio capital. Era preciso que ele mesmo, o pequeno produtor, passasse a corporificar o capital, a pensar e sentir em acordo com as necessidades do capital. Em outras palavras, já na década de 1970 esse pequeno produtor tradicional foi submetido, repentinamente, às condições objetivas que definem a “nova classe trabalhadora” descrita por Jessé Souza no capítulo introdutório deste livro (SOUZA, 2003).

Este dilema se radicaliza nas décadas de 1980-90 com a montagem e a posterior crise de um complexo agroindustrial na região. Durante a década de 1980, as políticas de desenvolvimento no Pólo foram direcionadas à consolidação de um setor industrial na região dedicado ao processamento de produtos agrícolas irrigados, destacadamente o tomate e frutas como a acerola. Já no final da década de 1980 esse complexo agroindustrial começou a dar sinais de crise. Não apenas algumas das indústrias começaram a abandonar a região encontrando condições fiscais mais favoráveis em outros estados, mas o próprio cultivo dos gêneros de processamento industrial tinha desempenho econômico insatisfatório (SILVA, 2001. p.92). Esse complexo agroindustrial em crise foi cedendo lugar ao investimento numa fruticultura visando a comercialização do produto para consumo *in natura*, e não mais para a agroindústria.

Se a transposição, “da noite para o dia”, dos pequenos produtores tradicionais para uma economia capitalista durante a década de 70 impôs sérias dificuldades em termos de aprendizado, esse processo de reestruturação produtiva lhes trouxe um novo grande desafio. Muitos deles quebraram, vendendo suas terras num mercado informal (já que até 1996, os “colonos” legalmente não podiam vender os seus lotes) e passando a se empregar em ocupações precárias como o serviço temporário nas lavouras. Passou a prevalecer o produtor com perfil gerencial, muitos deles não eram colonos, mas empreendedores vindos do ambiente urbano que compravam os lotes dos colonos quebrados. O Estado passava a se eximir de funções regulamentadoras das atividades no pólo, embora nunca deixasse de estar ostensivamente presente na concessão de financiamento, de incentivos fiscais e de apoio técnico. Em 1996, a Codevasf liberou a venda e a titulação das terras por parte dos colonos. A distribuição das terras nos perímetros públicos de irrigação passa a ser plenamente regida por

uma dinâmica de mercado.

Essa medida liberalizante teve o objetivo de abrir plenamente o espaço para a "seleção natural" dos mais aptos. Tal abertura favorece aos pequenos e médios produtores com destacadas competências gerenciais, mas sobretudo ao segmento patronal: as grandes empresas. A supremacia do segmento patronal é bem expressa pelo fato de que já na virada para a década de 2000, em uma área irrigada de 40 mil hectares, encontravam-se instaladas 2.163 unidades de colonos e 219 empresas, detendo essas últimas 61,7% dessas áreas (BUSTAMANTE, 2009), o que significa uma considerável concentração das terras irrigadas por quatro décadas de políticas públicas sob a propriedade do setor patronal, que concentra o capital. Tendo malgrado nos seus esforços para dirigir o desenvolvimento no pólo com base num modelo agroindustrial ao longo das décadas de 1970-80, o Estado brasileiro aposta atualmente neste modelo centrando nas grandes empresas e no pequeno número de pequenos e de médios proprietários que se destacam enquanto gestores<sup>2</sup>.

O fracasso dos pequenos produtores, especialmente o malogro sistemático (envolvendo por regra casos de ingerência, corrupção e clientelismo) das cooperativas instituídas na região por iniciativa da Codevasf, legitima a opção por este novo modelo. Nas falas de produtores e de profissionais que atuam na área, assim como em trabalhos acadêmicos que mencionam a história do desenvolvimento econômico na região dos perímetros, surge como regra um histórico de ingerências, de nepotismo, de aparelhamento da estrutura das cooperativas em benefício prioritário dos gestores e em nome do estabelecimento de relações promíscuas e clientelísticas com políticos locais, e até mesmo casos de apropriação particular dos recursos de propriedade coletiva. As cooperativas foram instituições centrais nos esforços de gestão, de comercialização e de organização da produção no âmbito dos perímetros irrigados, mas suas trajetórias são em geral definidas por um período de afluência econômica seguido da falência, que por regra envolve os já aludidos casos de ingerência e corrupção. Diante deste histórico, a diferenciação social é legítima. Ela exclui aqueles perfis de produtores responsáveis pela falência sistemática das cooperativas e seleciona os mais aptos a serem os elementos dinâmicos do processo de desenvolvimento econômico. Bourdieu fala, em *A Miséria do Mundo* (2001), de “má-fé institucional” para se

---

<sup>2</sup> Em 1996 foi lançado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste – PADFIN. Este documento “conferia uma ênfase especial à irrigação privada e refutava o modelo de intervenção do setor público no segmento da irrigação.” (SILVA, 2001. p.108). Estabelecia “como diretriz a ênfase na irrigação privada, preferencialmente sob a forma de empresa ‘âncora’ e cooperativas e associações de produtores, visando reunir melhores condições de alcançar competitividade no mercado interno e externo.” (BRASIL, 1997, p.129. apud SILVA, 2001. p.108).



referir a políticas públicas estruturalmente incapazes de concretizar sua própria finalidade. Tais políticas são uma espécie de mentira do Estado para si mesmo. Se houve e há o objetivo de gerar desenvolvimento econômico inclusivo e bem estar social através das políticas de desenvolvimento descritas brevemente nessa parte, sua má-fé institucional está no fato de que elas foram e são estruturalmente incapazes de promover esse fim por não terem envolvido e por não envolverem estratégias pedagógicas. Essas políticas dinamizaram a economia na região e oportunizaram a geração (e a concentração) de riqueza, mas geraram também um agravante quadro de **integração social precária** (a rigor, não há exclusão social; todos pegam o bonde da história) ao capitalismo moderno.

### **Experiências pedagógicas e terceiro setor.**

Existiriam experiências favoráveis à aquisição das disposições econômicas e políticas necessárias para o sucesso econômico? E, se existem, quais instituições e quais tipos de agentes estão aptos a promoverem essas experiências? Nota-se que a pouca escolaridade formal não é um entrave quando existem outras experiências de aprendizado como o envolvimento em organizações religiosas e políticas. Uma breve reflexão sobre a história do Pólo de Desenvolvimento Petrolina/Juazeiro é bastante elucidativa a esse respeito. Como vimos na parte anterior, a instituição pura e simples de cooperativas não induziu a aquisição das disposições necessárias para gerir uma cooperativa de tal modo que as cooperativas instituídas por iniciativa da Codevasf, sem exceção, quedaram permeadas por práticas de ingerência. Mas, por outro lado, a instituição dessas cooperativas, mesmo sem que isso fosse premeditado pela Codevasf, efetivamente politizou a vida das pessoas na região, criou espaços de embate, de negociação, oportunidades para que se aprendesse, jogando, o *sentido prático* do jogo político. É comum entre produtores, técnicos e mesmo sociólogos da região estabelecer-se uma comparação entre, de um lado, algumas associações e cooperativas que se estabelecem hoje e dão sinais de um futuro promissor e, do outro lado, as antigas cooperativas que se dissolveram nas décadas de 1980-90. Segundo a tese geral assumida entre eles, a grande diferença é que as cooperativas de outrora foram instituídas por uma iniciativa externa, imposta aos produtores pelo campo burocrático, enquanto as cooperativas que despontam agora se originam a partir da iniciativa dos próprios produtores. Essa tese levanta, inegavelmente, um aspecto importante. O efetivo envolvimento dos cooperados, pressuposto

de sua iniciativa própria para instituir as cooperativas, é certamente um componente essencial para o sucesso. Mas, como toda tese de senso comum, o problema desta tese não está tanto em um erro quanto àquilo que se afirma, mas no caráter fragmentário da análise. O que falta ser considerado pela tese é que, mal ou bem, foi a instituição prévia de cooperativas por iniciativa da Codevasf que oportunizou o amadurecimento de algumas lideranças e que, de modo mais geral, fez com que a própria idéia de uma cooperativa existisse para os produtores da região. Se hoje é possível o surgimento de algumas associações e cooperativas por iniciativa própria dos produtores, é porque a iniciativa externa anterior oportunizou um processo de aprendizado nesse sentido.

O grande problema é que essa instauração de um processo pedagógico pela Codevasf foi meramente acidental. Na época, ao que tudo indica, acreditou-se que aquelas cooperativas se consolidariam. Imbuídos de um “etnocentrismo” de classe, os técnicos do Estado pressupunham nos produtores precisamente aquilo que deveriam induzi-los a adquirir: as disposições necessárias para atuar produtivamente numa cooperativa. As cooperativas foram instituídas com a expectativa de que imediatamente cumprissem com as funções de gestão coletiva da produção no interior de um rápido processo de dinamização da economia. Se a instauração de um processo pedagógico tivesse sido mais que acidental, se tivesse sido planejada, o trabalho de instituição de cooperativas teria (ou pelo menos deveria ter) antecedido a intensificação dos investimentos a partir de meados da década de 1970. Sem dúvidas, é muito difícil determinar o tempo necessário para que a experiência pedagógica em questão amadureça, quer dizer, é difícil estabelecer quanto tempo de trabalho é necessário para oportunizar o amadurecimento de lideranças, de relações de confiança, e algum nível de aprendizado por parte dos produtores em geral. Mas mesmo sendo difícil determinar com precisão esse tempo, é certo que tal aprendizado não é instantâneo. No caso da própria região dos perímetros, vemos que apenas no final da década de 1990 e durante a década de 2000 começam a ser colhidos alguns frutos do processo de aprendizado instaurado acidentalmente pela instituição de cooperativas da década de 1980. Somente agora alguns produtores de destaque conseguem se organizar e mobilizar relações de confiança junto a outros produtores e liderar iniciativas.

Trabalhos desenvolvidos por missionários religiosos e técnicos do terceiro setor (alguns deles com uma trajetória de vida que inclui também a atuação religiosa missionária) como mutirões, reuniões e grupos de mulheres, também constituem experiências pedagógicas relevantes. Neste caso, as observações de pesquisa invocadas aqui se referem não aos

perímetros irrigados (ao Pólo de Desenvolvimento Petrolina/Juazeiro), mas a trabalhos realizados por iniciativas do terceiro setor com produtores de área de sequeiro no norte da Bahia. Os mutirões, as reuniões, os grupos de mulheres, são espaços para um agir comunicativo. As pessoas são interpeladas a usarem a palavra; falando sobre seus problemas elas se engajam no esforço de construir uma narrativa. Além de conformarem novas instâncias de socialização, essas ações impactam sobre instâncias de socialização já existentes. Atenção especial deve ser dada à família. Essa instituição é, ao mesmo tempo, a principal instância de estabelecimento de relações de cuidado afetivo e a instância onde costumam se realizar os exercícios mais radicais de dominação. A dominação e o cuidado afetivo se entrelaçam nas relações familiares. Há sempre esses dois componentes, podendo-se variar do extremo da violência moral e até física quando há exercício de dominação sem cuidado afetivo (exploração, abuso físico), ao extremo onde as ações de dominação coincidem com as de cuidado afetivo (uma ordem pelo bem de um filho; as ações motivadas pelo sentimento de paixão, certamente a forma mais íntima e talvez a mais eficaz de dominação). A importância do impacto sobre a vida familiar é que relações familiares menos patriarcais parecem favorecer a aquisição das disposições do **homem econômico** e do **animal político**. Foram abundantes os relatos, na região dos perímetros irrigados, de pais pequenos produtores que, tendo filhos com formação técnica voltada para a produção e para a comercialização de produtos agrícolas, perdem a oportunidade de contarem com a colaboração desses filhos. Isso porque se recusam a pagar uma quantia **negociada** pelo trabalho do filho. Consentem em dar dinheiro ao filho de modo discricionário, como se faz durante a infância desses, mas não em **negociar** uma quantia que lhes será de **direito**. Trata-se de uma recusa a estabelecer com os filhos uma relação com teor de impessoalidade, uma insistência nas relações patriarcais de dominação pessoal.

Além disso, deve-se considerar que uma vida familiar mais permeada pela prática do diálogo favorece a aquisição de uma disposição à comunicação, definidora do cidadão não apenas de direito, mas de fato. Nesse sentido, o trabalho com grupos de mulheres merece destaque. Este trabalho se depara frontalmente com as dificuldades impostas pelas relações patriarcais. É difícil mobilizar as mulheres para as reuniões. Seus maridos as proíbem, as intimidam ou simplesmente insistem em dissuadi-las, e elas sentem medo, essa anti-potência. Mas se existe essa resistência é exatamente porque a formação desses grupos ataca frontalmente as relações de poder características dos pequenos produtores rurais tradicionais. De modo geral, o desafio que as experiências pedagógicas impõem aos idealizadores de

políticas públicas é o de perceberem a relevância a médio e a longo prazo de atividades que, no curto prazo, não possuem relevância econômica, quer dizer, que não são relevantes na produção imediata de riqueza. Impactar sobre os pré-requisitos da ação econômica exige que, antecipadamente aos investimentos visando à produção de riqueza, se considere atividades cuja finalidade é a de modificar a vida social sobre a qual impactarão os investimentos, tentando-se induzir as condições sociais de um desenvolvimento econômico mais inclusivo.

Em nossa pesquisa, encontramos profissionais formados em serviço social, em pedagogia e em psicologia que atuavam, quer em Institutos quer em Empresas de Extensão e de Assistência Rural, precisamente com o desenvolvimento de atividades pedagógicas como grupos de mulheres, mutirões, reuniões. No caso da Emater/Ascar RS – segundo um histórico que pude reconstruir a partir de entrevistas com os funcionários do escritório de Cachoeira do Sul –, a partir do início da década de 90 começou-se a modificar um pouco a orientação profissional, passando-se a investir em funcionários formados nessas áreas humanas, com o objetivo de que tais profissionais desenvolvessem precisamente uma atuação de sentido pedagógico com os segmentos mais problemáticos do público alvo. É um aprendizado importante que a empresa acumulou. Percebeu-se que em muitos casos (precisamente naqueles em que se trata de pequenos produtores que não contam com os pré-requisitos da ação economicamente racional) o engenheiro ou o técnico agrícola não é o profissional mais adequado para prestar diretamente a assistência. Eles são imbuídos já de um ethos gerencial e sua relação com esses segmentos mais delicados do público alvo tende a ser conflituosa, marcada por animosidades de ambas as partes, por uma verdadeira **antipatia de classe**. Uma efetiva relação de aprendizado não se estabelece por conta dessa relação fraturada pelo racismo de classe. Além disso, o engenheiro não está preparado para perceber a importância das atividades pedagógicas sem relevância econômica imediata, e muito menos para desenvolvê-las. Diante disso, reconhece-se a importância de profissionais dedicados especialmente ao desenvolvimento de estratégias pedagógicas.

Contudo, esses profissionais ainda ocupam um espaço nitidamente subordinado. Sua importância é apenas semi-admitida. A atividade tem pouco prestígio. A especificidade dos seus resultados imediatos contribui ainda para a invisibilidade da importância dessa função. Somente a própria assistente social, por exemplo, está afetivamente inclinada a perceber como importantes pequenas grandes modificações como o fato das mulheres conversarem mais e agirem de modo mais refletido na socialização dos filhos a partir do momento em que amadurece a experiência de uma pequena cooperativa de camponesas para a produção e

comercialização de tortas, pães, biscoitos e doces, cuja receita mensal mal é o bastante para manter o próprio negócio funcionando. Para o economicismo, que domina os técnicos voltados para as atividades economicamente produtivas já no curto prazo, esses impactos são invisíveis ou, no máximo, pouquíssimo relevantes. Há, entre a atividade técnica dos engenheiros e a atuação sócio-pedagógica das profissionais (são em maioria mulheres) das humanidades, uma divisão (e uma hierarquia) entre o econômico e o social que é repleta de homologias: a matemática e a intuição, o cérebro e o coração, a seriedade e o capricho e, por fim, aquela que condensa todas as outras: o masculino e o feminino. Embora não se possa dizer que certas formações e socializações acadêmicas produzam essa disposição ao exercício sócio-pedagógico, há uma **afinidade** entre essas disposições e o ambiente de cursos como o de serviço social, não tanto pelo teor programático dos cursos, mas pela presença de uma moralidade caritativa. Outro fator que parece ser favorável ao exercício dessas atividades é certa proximidade de classe entre o agente sócio-pedagógico e o público alvo. No caso do trabalho com camponeses, a origem rural e a educação em instituições como as Escolas Família Agrícola parecem favorecer a aproximação entre o agente e o público alvo. O recrutamento de quadros para o exercício de atividades pedagógicas deve descentrar-se então dos critérios estritamente formais de qualificação (o que não quer dizer desconsiderá-los) e procurar por indicadores dessa disposição pedagógica.

A importância do terceiro setor nessa discussão é o fato de este espaço atrair pessoas dotadas desse perfil apto ao exercício sócio-pedagógico. Contudo, para aproveitar esse potencial do terceiro setor, é preciso descrevê-lo objetivamente, o que inclui a crítica às duas formas da sua apologia: a politicamente correta e a liberal. A politicamente correta afirma o terceiro setor enquanto representante da sociedade civil como um todo. O desenvolvimento do terceiro setor surge enquanto um processo virtuoso de abertura democrática, de participação direta da “sociedade civil” na implementação de políticas públicas. Essa abertura seria boa não apenas por firmar a “sociedade civil” enquanto atora na implementação de políticas, mas também porque permite um avanço qualitativo na reflexão e na avaliação sobre as políticas públicas, ao trazer para o campo burocrático a visão de atores diversificados e muitas vezes orgânicos à “sociedade civil”, como aqueles agentes sócio-pedagógicos que se destacam dentro das classes populares, por exemplo. Há nessa versão apologética uma meia-verdade importante. Quando foi falado aqui a respeito do terceiro setor enquanto espaço de confluência para agentes preparados para um exercício sócio-pedagógico, o que estava em jogo era precisamente reconhecer que o terceiro setor traz em seu seio competências

diferenciais importantes que possibilitam o aperfeiçoamento de políticas públicas. O que não se pode afirmar é que o terceiro setor se confunde ou que ele possa se confundir com a “sociedade civil” como um todo, ou que os interesses do terceiro setor coincidam ou possam coincidir com os interesses da “sociedade civil” como um todo. Essa é a base do argumento politicamente correto: como o terceiro setor representaria a sociedade civil como um todo, seria ele a virtude, seria ele a realização da soberania popular. Como veremos, poucas coisas poderiam estar mais distantes da verdade.

O outro tipo de apologia ao terceiro setor, a liberal, assume também que o terceiro setor representa a sociedade civil como um todo. Assume que o crescimento do terceiro setor coincide com a ampliação e o com o fortalecimento de uma democracia radical. Mas o seu tempero a mais é a afirmação de que o terceiro setor, além de mais democrático do que o Estado, é mais eficiente do que o Estado. Esse é o argumento de Bresser-Pereira, que defende o “público não-estatal”, não apenas por ser (supostamente) um espaço privilegiado para a realização da soberania popular, mas também um arranjo institucional mais dinâmico se comprado ao Estado que seria muito mais engessado pela burocratização, capturado pelos interesses particulares dos segmentos mais capazes de constituírem arranjos corporativos, e minado por processos de corrupção. Seria então desejável que o terceiro setor, enquanto arranjo institucional dedicado a políticas públicas, substituísse um Estado excessivamente burocratizado, vulnerável ao particularismo de interesses específicos e corroído pela corrupção. Para todo liberalismo ortodoxo, seja ele mais ou menos sofisticado, o Estado é o mal. Contudo, como uma sociedade moderna depende de políticas públicas em diversas áreas, o liberal, se não na teoria, pelo menos na prática, precisará admitir certa importância ao Estado. O terceiro setor entra para resolver essa dor de consciência liberal: ele teria uma dinâmica e, portanto, uma eficiência semelhante ao mercado, porém seria dedicado não à aquisição do lucro, mas à finalidade de produzir bem estar social mediante políticas públicas. Em outras palavras, o terceiro setor teria uma dinâmica semelhante ao mercado, mas as pessoas agiriam ali não apenas nos termos de uma ação racional com relação ao fim de obter lucro, mas nos termos de uma ação racional com relação ao valor moral do bem estar coletivo.

Esse elogio liberal acaba explicitando o ponto de partida da crítica aos dois argumentos básicos do elogio ao terceiro setor: o argumento de que ele realiza uma democracia radical e o argumento de que ele é mais eficiente do que o Estado na implementação de políticas públicas. É o fato de existir no terceiro setor uma dinâmica semelhante à do mercado que põe em xeque esses dois argumentos. Para a apologia

politicamente correta, o terceiro setor representa a sociedade civil como um todo. Contudo, vejamos. Na medida mesma em que se desenvolve, na medida mesma em que montantes cada vez maiores de recursos passam a ser mobilizados pelo terceiro setor, este setor se torna um ambiente institucional complexo. Ele exige cada vez mais competência gerenciais; exige cada vez mais capital cultural; exige cada vez mais “capital social”, quer dizer, inserção em redes de contatos úteis. Este setor vai progressivamente se constituindo enquanto um *campo*, no sentido de Bourdieu. Portanto, a participação no terceiro setor não é, e cada vez menos será aberta à participação da “sociedade civil” como um todo, mas sim uma participação seletiva; ela seleciona de acordo com a aquisição (ou com a não aquisição) dos capitais exigidos para a inserção nesse **campo** das políticas públicas financiadas por projeto. Em outras palavras, não se trata de um espaço transparente, aberto à participação de todos. Trata-se de um arranjo institucional complexo, funcionalmente diferenciado, e seletivo.

O argumento de que o terceiro setor seria mais eficiente que o Estado também é muito vulnerável. Imaginemos como uma grandeza  $n$  qualquer o montante de recursos que o Estado investe em projetos do terceiro setor durante um ano em determinada região do país. Esse montante estará disperso por várias iniciativas difusas, que competem entre si por esses recursos. Será que o resultado de todas essas ações dispersas coincidirá com a estratégia mais eficiente no que diz respeito às políticas públicas que seriam executáveis com aquele montante? Será que as ações dispersas são espontaneamente concertadas na melhor política pública possível? Será que um número crescente de organizações competindo, através de projetos, por uma fração desse montante de recursos produzirá ações organizadas? Ou, se não precisam ser organizadas entre si, será que o conjunto das ações independentes e dispersas coincide com o melhor que se poderia fazer, em matéria de políticas públicas, com aquele montante de recursos? Como se nota, o argumento de que terceiro setor é mais eficiente do que o Estado baseia-se num velho e embotado pressuposto liberal: a idéia da mão invisível: de que a livre competição entre agentes individuais difusos produz não só a organização, como também o melhor resultado possível.

Aproveitar o potencial do terceiro setor envolve, ao contrário, a necessidade de uma ação mais ostensiva do Estado. Não se trata de “estatizar” o terceiro setor, mas de o Estado assumir uma postura mais inteligente e estratégica em suas parcerias com tais agências. Em outras palavras, importa o Estado não apenas induzir o desenvolvimento deste campo através de legislações, organizações e alocação de recursos, como vem fazendo desde a década de 1990, mas também se valer dos contratos enquanto instrumentos para concertar as ações

dessas agências não governamentais na estruturação de políticas mais amplas e realmente audaciosas. Quanto a isto, o exemplo sugerido aqui é a utilização do potencial do terceiro setor para incluir uma dimensão pedagógica em políticas de desenvolvimento econômico e social. Isso envolveria inclusive a necessidade de o Estado instaurar uma contra-tendência na operação desse **campo** que se convencionou chamar de terceiro setor. É que esses agentes sócio-pedagógicos talvez convirjam em sua maioria para os segmentos menos gerenciais e mercantilizados do terceiro setor (organizações formadas por pessoas com uma trajetória de classe mais humilde), quer dizer, para os segmentos menos capazes de capturar recursos. Mobilizar o potencial sócio-pedagógico do terceiro setor exige o deslocamento de investimentos, contra a tendência “natural” do campo, para tais segmentos menos gerenciais, menos institucionalizados e menos aptos para a captação de recursos. Cabe notar pro último que, ao interferir de modo mais estratégico no terceiro setor, o Estado não estaria ceifando suas virtudes democráticas enquanto instância de participação livre e espontânea da sociedade civil como um todo, isso porque, como vimos, o terceiro setor não constitui uma instância de participação livre e espontânea da sociedade civil como um todo, mas um campo em processo de diferenciação.

**Conclusão: crítica ao discurso politicamente correto: as noções de “economia solidária” e de “desenvolvimento participativo”.**

O conceito de “economia solidária” é um conceito normativo. Alguns críticos talvez o considerem uma simples contradição nos termos. A crítica pretendida aqui não é tão corrosiva, mas trata-se, efetivamente, de explicitar certas contradições entre esses termos. Acompanhei uma oficina desenvolvida na zona rural da cidade de Juazeiro – BA, pelo Instituto da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA. O objetivo da oficina era o de promover o desenvolvimento de lideranças locais. Compareceram pequenos produtores de várias cidades do norte da Bahia. Nessa oficina, a “economia solidária” surgiu como conceito normativo orientando o discurso dos técnicos e o da maioria das lideranças locais que participavam da oficina. Opunha-se o conceito de “economia solidária” ao conceito de “capitalismo”. No limite, o último encerra conotação absolutamente negativa, ele seria “o mal”. “Capitalismo” surge com a significação do egoísmo, da super-exploração dos seres humanos e dos recursos naturais. Por seu turno, a “economia solidária” seria o oposto, ela



seria “o bem”. Esta encerraria a cooperação em oposição à competição, a finalidade de preservação do Homem e da natureza em oposição à exploração destes. A tensão da oficina se estabeleceu a partir do confronto de idéias entre esse senso comum normativo a cerca da “economia solidária” e os posicionamentos do gerente de uma cooperativa. Essa cooperativa comercializa doces e compotas através do programa nacional de aquisição de alimentos, através de pequenas lojas e também exporta pela modalidade de mercado *fair trade*. Ela é em parte fruto da ação do IRPAA, que desenvolveu por dez anos projetos de caráter pedagógico (mutirões, grupos de mulheres) com famílias de pequenos produtores da cidade de Uauá – BA. O próprio gerente em questão se envolveu com a cooperativa enquanto técnico do IRPAA. O instituto o designou para trabalhar continuamente em Uauá - BA na fábrica de doces. Quando a cooperativa se instituiu, ele foi contratado como funcionário dela.

O que polarizava a oficina em torno das falas do gerente, é que elas verbalizavam, para lembrar uma expressão de Maquiavel, **a verdade efetiva dos fatos** sobre a cooperativa e, por conta disso, chocava-se com o conceito normativo de “economia solidária” que, para seus adeptos, teria nas cooperativas sua forma de realização no mundo dos fatos. O gerente procurava pôr em debate os dilemas da gestão numa cooperativa que, para ele, desdobram-se na necessidade de aumentar o poder de deliberação da estrutura empresarial de gestão sobre os investimentos. (Mais tarde o vi propondo que certa proporção da receita fosse estatutariamente estabelecida enquanto capital de giro sob o poder da gerência junto à presidência. Esse capital de giro garantiria que decisões técnicas fossem tomadas com maior autonomia em relações aos proprietários). Em uma palavra, o gerente trazia a tona tudo aquilo que o senso geral da reunião recalcava na noção de “economia solidária”: a própria economia. O senso hegemônico na oficina opunha economia solidária à competição. As falas do gerente faziam lembrar que a cooperativa não é senão uma forma de competir organizadamente, que a solidariedade entre os cooperados coexiste com a competição, contra todos os concorrentes efetivos ou virtuais, pela inserção em mercados qualificados. Lembrava também que se a cooperativa mantém-se relativamente bem sucedida (quer dizer, se ela consegue volumes satisfatórios de comercialização e inserção em mercados seletivos de boa remuneração) é porque ela conta com uma estrutura profissionalizada de gestão não constituindo, na verdade efetiva dos fatos, senão uma empresa com uma estrutura colegiada de propriedade.

O conceito normativo de “economia solidária” se reverte numa concepção normativa de “cooperativa” (a qual recalca o seu caráter mercadológico) para sustentar que as cooperativas se integram não ao mercado, mas ao “terceiro setor”, que também prevalece

enquanto noção normativa. Mas uma cooperativa situa-se inequivocamente no campo econômico. No caso da cooperativa em questão, sua gênese foi no terceiro setor, mas uma vez constituída, ela torna-se uma agência do mercado. Na verdade, os próprios técnicos do IRPAA, embora se posicionem na defesa da noção normativa de economia solidária, reconhecem, na prática, a verdade efetiva dos fatos. Tanto é que dedicaram grandes esforços para promover experiências que qualificassem os futuros cooperados para assumir tarefas de gestão. Investiram inclusive economicamente na cooperativa. Na verdade, os técnicos tiveram a perspicácia de fazer com que o IRPAA atuasse como uma incubadora. Só que diferentemente de uma incubadora típica onde os técnicos teriam hábitos, opiniões e sentimentos que os afastariam daquele público alvo, o IRPAA contava com técnicos que viveram a primeira infância no ambiente rural, alguns tendo se escolarizado em Escolas Família Agrícola ou tendo participado de trabalhos de base desenvolvidos pela igreja católica. Em outras palavras, o IRPAA funcionou como uma incubadora que contava com quadros cuja socialização lhes preparava para assumir uma tarefa pedagógica diante daquele público.

Outra noção normativa que não corresponde à verdade efetiva dos fatos é a de “desenvolvimento participativo”. Para reduzi-la ao absurdo basta levá-la a sério: uma participação igual de todos em processos decisórios. Isso é irreal. Onde há política há dominação. A questão é que a “dominação” não é sempre um mal em si. Por exemplo, o líder dedicado, movido pelo sentimento de comprometimento, não domina menos os seus liderados do que o faz aquele líder egoísta e mesquinho; ele apenas não os explora. Descendo a considerações mais concretas, mesmo a prática sócio-pedagógica é seletiva. Ela proporciona um ambiente onde alguns se destacam por suas capacidades de liderança, ou por suas capacidades técnicas, ou por sua capacidade de responder a situações que requisitam novidades à cognição. O que uma estratégia sócio-pedagógica induz não deixa de ser também um processo de diferenciação social, mas produzindo com isso mais divisão do trabalho do que precarização. Isso porque ao manter boa parte dos menos notáveis integrados a uma estrutura de propriedade econômica relativamente democrática que as cooperativas podem (ou não podem<sup>3</sup>) constituir, essa diferenciação social ainda os protege de um processo de expropriação motivada pela falência efetiva ou iminente.

---

<sup>3</sup> Não se deve perder de vista a existência difundida de cooperativas que são cooperativas “apenas no papel”, constituindo, de fato, relações de subordinação empregatícia. Nesses casos um empreendedor perspicaz se vale da assimetria de poder entre ele e um conjunto de profissionais com baixa ou nenhuma qualificação, para impor ao empregado que ele consinta em registrar-se como cooperado, o que livra o empregador das obrigações sociais envolvidas com o vínculo empregatício. Nesses casos a cooperativa atende tão somente a uma forma sub-reptícia de desregulamentação das relações de trabalho.

Esses notáveis que surgem a partir da ação pedagógica, compartilham com seus companheiros menos notáveis uma história. No caso das lideranças e das demais pessoas de destaque em cooperativas ou associações que puderam ser observadas e entrevistadas, verifica-se que boa parte de suas trajetórias de aprendizado e de ascensão (nos casos em que a ascensão não é tão relevante do ponto de vista financeiro ela o é do ponto de vista do status e, por conseguinte, dessa repercussão interior do status que é certo sentimento de importância pessoal) estão atreladas às trajetórias de constituição e de solidificação das próprias cooperativas e associações. E é de se crer que essa, por assim dizer, cumplicidade ontológica entre sua história de vida e a história das cooperativas, esteja relacionada ao comprometimento que eles manifestam. Deve-se considerar, contudo, que sua ascensão em termos financeiros ou de status lhes incute novas ambições que podem deslocar suas intenções de vida para além dos horizontes daquele empreendimento. Essa é uma tendência a ser considerada, pois a saída desses quadros seria uma perda de difícil reposição para essas associações e cooperativas cujo funcionamento depende da sua atuação pessoal enquanto lideranças. Essa importância é tamanha que os líderes, quando esgotam as possibilidades estatutárias de re-eleição, são contratados como funcionários para que continuem dedicando parte considerável do seu tempo à cooperativa ou associação. Dependendo da economia emocional que equaciona (ou não equaciona) suas expectativas subjetivas (crescentes) e suas condições objetivas, eles irão tender a pressionar por maior remuneração. É de se prever que isso geraria não apenas um conflito pecuniário, mas uma verdadeira **crise de legitimação** do líder e da diretoria que o acompanha. Isso porque pelo menos parte do que o legitima enquanto líder é a sua dedicação além do comum dos homens, e a requisição de maior remuneração tenderia a retirar de sua dedicação precisamente essa aura carismática do para além do ordinariamente humano.

De qualquer forma, o que as políticas pedagógicas podem proporcionar não é uma “participação igual de todos” nos momentos de decisão, especialmente em se tratando de decisões gerenciais (que envolvem competências técnicas), mas um processo de diferenciação social acompanhado de estratégias de democratização (relativa) da economia (capitalista). As noções de “economia solidária” e de “desenvolvimento participativo” têm seu valor enquanto registro secular (algumas vezes entrelaçado com discursos religiosos, especialmente o católico) para a articulação de valores fraternais e caritativos por parte de pessoas aptas ao exercício sócio-pedagógico. Elas não têm, contudo, valor analítico ou descritivo. O valor objetivo que possuem (e este é sem dúvida um valor grande!) é o de serem componentes

importantes na composição do ethos do agente sócio-pedagógico. Não possuem, todavia, valor para a descrição, para a análise e para a interpretação dos fatos pela sociologia. Reconhecer o valor da linguagem “nativa” não pode se confundir com a exaltação pura e simples desta linguagem.

### ***THE PEDAGOGICAL DIMENSION OF RURAL DEVELOPMENT.***

**ABSTRACT:** *This article proposes a critical analysis of the public policies implemented in rural areas of Petrolina-PE e Juazeiro-BA, situated in the basin of the São Francisco River. These policies have been implemented since 1968 with the beginning of watering projects. These policies were conceived to bring about the empowerment of small backcountry farmers, notwithstanding the limits of pedagogical efforts have occasioned the systematic bankruptcy of these farmers. Such a process has set an actual scenery of income concentration. The article is based upon the empirical work developed in a national research coordinated by Dr. Jessé Souza and supported by the FAPEMIG and the Secretaria de Assuntos Estratégicos, throughout the CGEE.*

**KEYWORDS:** *Rural development. Social inequality. Public policies.*

### **REFERÊNCIAS**

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BUSTAMANTE, P. M. C. A fruticultura no Brasil e no Vale São Francisco: vantagens e desafios. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.40, n.1, p.153-171, jan./mar, 2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED STATES [FAO]. UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. **Survey of the San Francisco river basin**: final report. Rome, 1969.

SILVA, P. C. G. da. **Articulação dos interesses públicos e privados no pólo Petrolina – PE/ Juazeiro – BA**: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os batalhadores brasileiros**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. da Unb, 2000. v.1.

### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANJOS, F. S. et al. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul. **RER**, Rio de Janeiro, v.42, n.03, p.529-548, jul./set. 2004.

BARROS, E. da R. **Arranjos socioprodutivos da agricultura familiar e adaptação a uma dinâmica territorial de desenvolvimento**: o caso dos perímetros de irrigação do vale São Francisco, semi-árido brasileiro. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

BOURDIEU, P. **Raisons pratiques**: sur la théorie de l'action. Paris: Seuil, 1994.

GRÜN, R. Decifra-me ou te devoro: as finanças e a sociedade brasileira. **Mana**, Rio de Janeiro, v.13, n.02, p.381-410, 2007.

GUILHOTO, J. J. M. et al. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **RER**, Rio de Janeiro, v.44, n.03, p.355-382, jul./set. 2006.

REDE DE EDUCAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO [RESAB]. **Educação e contexto do semi-árido brasileiro**. Juazeiro: Selo Editorial RESAB, 2006. Caderno multidisciplinar.